

SISTEMATIZAÇÃO DE REQUISITOS LEGAIS COMO SUPORTE AO PROCEDIMENTO DE AUDITORIAS AMBIENTAIS

GRAS, Luiz Eduardo

DIAS, Tanize

SOARES, Miler Magano

ANELLO, Lúcia de Fátima Socowski de

eduardo.nunesgras@gmail.com

Evento: XXIV Congresso de Iniciação Científica

Área do conhecimento: Ciências Ambientais

Palavras-chave: Auditoria Ambiental; Legislação Ambiental; Gestão Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

O recorte em tela apresenta parte das atividades desenvolvidas durante estágio obrigatório, que constitui requisito parcial para aprovação no curso de Tecnólogo em Gestão Ambiental. O presente trabalho tem como objetivo abordar de forma sucinta o processo de sistematização do arsenal de legislações ambientais brasileiras que subsidiam a auditoria ambiental compulsória em ambientes portuários. Destacando os mecanismos legais para a implementação e execução de um sistema de auditorias ambientais internas, como uma ferramenta qualitativa voltada para a busca de melhorias no processo de Gestão Ambiental e a adequação de empreendimentos frente a dispositivos legais aplicáveis, permitindo assim a detecção de situações e/ou processos desajustados ou insatisfatórios. Considerando a complexidade do setor portuário e o vasto conjunto de leis que regem suas atividades e ainda a recente internalização de auditorias ambientais compulsórias é que se justifica a execução deste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

PIVA (2007) aborda que:

Auditoria ambiental pode ser genericamente definida como o procedimento sistemático através do qual uma organização avalia suas práticas e operações que oferecem riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para averiguar sua adequação a critérios preestabelecidos, usualmente requisitos legais normas técnicas e/ou políticas, práticas e procedimentos desenvolvidos ou adotados pela própria empresa ou pela indústria a qual pertence. (Sales, 2002 *apud* Piva 2007)

Posto isso, ressalta-se que a forma para um empreendimento alcançar a adequação em relação às questões ambientais está implícita na legislação ambiental, que por sua vez, apresenta subsídios para que as organizações executem de forma legal os seus processos produtivos.

3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

Destaca-se como metodologia a revisão bibliográfica e documental, como procedimento de pesquisa da legislação ambiental vigente. A sistematização se deu por meio da formulação de uma matriz legal abordando o aspecto, o requisito e o enunciado, para posteriormente extrair quesitos (perguntas) a serem aplicadas em campo.

4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Como resultado do presente estudo tem-se o levantamento da legislação, a Figura 1 expõe como os dispositivos legais relacionados à temática auditoria ambiental portuária foram sistematizados.

Figura 1: Sistematização dos requisitos ambientais

ASPECTO	REQUISITO	ENUNCIADO
RUÍDOS INDUSTRIAIS	Resolução CONAMA 001/1990	Define procedimentos para problemas dos níveis excessivos de ruído estão incluídos entre os sujeitos ao Controle da Poluição de Meio Ambiente.
	Norma ABNT NBR 10.152/1992	Acústica – avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o confronto da comunidade – procedimento.

Fonte: Os Autores

A avaliação e desdobramento do conjunto de dispositivos legais, em quesitos caracterizam-se como um segundo produto (figura 2) exemplificando o quão complexo pode apresentar-se esse processo.

Figura 2: Planilha com dados referente ao setor ou atividade e organização dos quesitos aplicáveis em campo.

AUDITORIA INTERNA - CAMPO -						
LOCAL AUDITADO:		DATA: 09 AGOSTO DE 2015				
RESPONSÁVEL PELO SETOR:		CARGO:				
AUTORES:						
Tema	QUESITOS E ASPECTOS LEGAIS	Conformidade			Observação	Local Auditado
		Sim	Não	NP		
	1. As embalagens das substâncias nocivas ou perigosas estão inequivocamente identificadas advertindo quanto aos riscos, utilizando a simbologia prevista na legislação: normas nacionais e internacionais em vigor? (15seg 1º Art 12º Lei Federal 0666/2009)					

Fonte: Os Autores

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução de uma auditoria ambiental de conformidade legal possui uma grande complexidade. No entanto, são vários os benefícios tanto para o empreendimento, quanto para o meio ambiente. O primeiro ao internalizar o processo garante o controle sobre suas atividades, podendo promover a melhoria contínua da organização e minimizar a probabilidade de ocorrência de penalidades legais. Já o segundo, beneficia-se por ter suas características alteradas dentro dos limites legais.

REFERÊNCIAS

Assumpção, Luiz Fernando Joly. **Manual Prático do Auditor: Guia e Gestão.** Curitiba: Juriá, 2013. 350 p. 2ª Impressão. 2014.
PIVA, Ana Luiza. **Auditoria ambiental: um enfoque sobre a auditoria ambiental compulsória e a aplicação dos princípios Ambientais.** Belo Horizonte, 2007. (em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/ana_luiza_piva.pdf acesso em: 13 de agosto de 2015).